



Resumo Executivo da 169ª Reunião da Comissão Intergestores Tripartite

Data: 13 de fevereiro de 2019

Local: Brasília/DF

Horário: 09h30m

Membros presentes: representantes do Ministério da Cidadania – Maria do Carmo Brant de Carvalho (titular); Antônio José Gonçalves Henriques (suplente); Allan Camello Silva (titular); Karoline Aires Ferreira (suplente); Maria Yvelônia Barbosa (suplente); Solange Teixeira (titular); Ely Harasawa (suplente); **representantes do FONSEAS** – Elisa Cléia Pinheiro Rodrigues Nobre (titular); Maria do Perpétuo Socorro França Pinto (titular); Célia Kochen Parnes (titular); **representantes do CONGEMAS** – Andréia Carla Everton Lauande (titular); José Ferreira Crus (titular); Eldilene Alves da Silva (titular); Darcy Gris (suplente); Rosane Moccelin de Arruda (suplente).

A **169ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) da Assistência Social, ocorreu em Brasília, em 13 de fevereiro de 2019.** Os gestores debateram sobre a Estrutura do Ministério da Cidadania; a Recomposição dos Orçamentos e detalhamento da situação financeira do SUAS de 2018 e 2019; Benefício de Prestação Continuada; Apresentação e discussão dos critérios de partilha para financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS; Balanço das temáticas pendentes de discussão e pactuação; Proteção Social pós emergência e o Calendário da CIT 2019.

A Secretária Nacional de Assistência Social apresentou o desenho da estrutura do Ministério da Cidadania, que agregou os extintos Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura com suas atribuições. A Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS faz parte da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do ministério e mantém sua configuração interna de departamentos.

A Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social – DEFNAS detalhou a situação financeira do SUAS, no que se refere aos repasses executados, empenhados, restos a pagar e saldos em contas para serviços, programas e benefícios no ano de 2018, e os entes solicitaram que esse detalhamento fosse enviado posteriormente, separado por estado. Explicou também que a observância ao volume dos saldos em conta só é utilizada como critério de priorização do repasse por causa do orçamento anual ter sido menor e o financeiro não estar disponível para cobrir todo o valor de repasse. À medida em que se consegue uma suplementação, repassa-se aos entes e é necessário priorizar aqueles com menores saldos nas contas. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Cidadania também expôs a sequência das tratativas por recomposição dos orçamentos tanto de 2018 como para 2019. Informou que o ministro Osmar Terra tem levado desde o início de janeiro ao ministro Paulo Guedes a situação deficitária da assistência social, com a finalidade de recomposição dos 2,3 bilhões de reais.



O Departamento de Benefícios Assistenciais – DBA apresentou o número de beneficiários do Benefício de prestação Continuada – BPC atualizado pelo último cruzamento entre a base do INSS e o CadÚnico, em 19 de janeiro de 2019, que aponta o total de cerca de 75% de beneficiários cadastrados. Explanou as iniciativas para divulgação da obrigatoriedade de cadastramento aos beneficiários, com o escalonamento previsto na Portaria MDS nº 2.651, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Benefício de Prestação Continuada – BPC cujos beneficiários não realizaram inscrição no Cadastro Único no prazo estabelecido na legislação. O detalhamento dos beneficiários cadastrados e o escalonamento de notificação estão nos informes da SNAS para esta reunião da CIT.

A Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano – SNPDH falou sobre o panorama do Programa Primeira Infância no SUAS nos dois anos de existência e apresentou a proposta para pactuação dos critérios de partilha para estados e Distrito Federal, uma vez que apenas para os municípios foi feita pactuação em 2018. Os critérios foram pactuados pela comissão e a resolução resultante desse processo será publicada em breve no Diário Oficial da União.

O Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência - Fonseas fez um levantamento de temáticas cuja discussão foi iniciada na CIT, mas ficaram sem fechamento ou por falta de consenso para pactuação ou em decorrência da necessidade de mais tempo para o debate. Assim foram elencados os seguintes temas: manter o BPC como pauta permanente da CIT, por conta das eminentes ameaças em decorrência da reforma previdenciária; o debate a respeito da expansão pactuada para o Serviço de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas; a Lei da Escuta Especializada; a resolução que trata do atendimento às famílias de pessoas encarceradas, crianças e adolescentes egressos do sistema penal; acolhimento institucional; PPCAM; e atendimento aos migrantes. O Fonseas enviará os temas à SNAS por meio de ofício.

Os Departamentos de Proteção Social Básica e Especial fizeram relato das estratégias pós emergência, tanto no que se refere ao andamento de ações ainda decorrentes do rompimento da Barragem em Mariana/MG há três anos, quanto ao atendimento a Brumadinho/MG devido ao semelhante desastre ocorrido em janeiro deste ano. Com relação a Mariana/MG, foi feita consultoria para levantamento de impressões locais junto à população, com o objetivo de qualificar a oferta dos serviços de proteção social básica em contexto de pós emergência. No caso de Brumadinho/MG, foram os relatos de acolhida das famílias afetadas e de preenchimento dos formulários para levantamento das necessidades e encaminhamentos devidos.

Secretaria Técnica da CIT
Departamento de Gestão do SUAS
Secretaria Nacional de Assistência Social
Contato: 61 2030 3111
citsecretariatecnica@mds.gov.br